



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 06 de novembro de 2019.

Edição n. 2735

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	2
Avisos de Licitações.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
Súmulas	7

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....	7
-------------	---



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de novembro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2735

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 391/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Provimento n. 50/2015 e de acordo com as Leis Estaduais n. 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 21/10/2019, RAFAEL RENNEN JACQUES, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 1117, na modalidade "serviço voluntário cidadão". Por tratar-se de servidor dos quadros desta Instituição, fica vedado o desempenho das atividades do Serviço Voluntário durante a jornada de trabalho ordinária, nos termos da decisão exarada no PR.01425.00035/2018-1 (Port. 4327/2019).

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 11/10/2019, CASSIANA DA LEVE, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 1112, na modalidade "serviço voluntário cidadão". Por tratar-se de servidor dos quadros desta Instituição, fica vedado o desempenho das atividades do Serviço Voluntário durante a jornada de trabalho ordinária, nos termos da decisão exarada no PR.01425.00035/2018-1 (Port. 4331/2019).

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 23/10/2019, SYRIO JUNIOR CAVAGNOLI MOREIRA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 1118, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 4385/2019).

- pelo período de 7 meses, a contar do dia 21/10/2019, LUANA CAROLINA BONFADA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 1119, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 4390/2019).

REVOGAR

- a contar do dia 02/09/2019, a Portaria n. 1754/2019, que designou LUCIANA DIAS DA SILVA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 02/09/2019 (Port. 4329/2019).

- a contar do dia 31/10/2019, a Portaria n. 2938/2019, que designou WILLIAM SOTO GONÇALVES, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 31/10/2019 (Port. 4380/2019).

- a contar do dia 31/10/2019, a Portaria n. 3884/2019, que designou DANIELA CASTAGNA DITADI, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 31/10/2019 (Port. 4388/2019).

- a contar do dia 17/10/2019, a Portaria n. 1628/2019, que designou LUANA CAROLINA BONFADA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 17/10/2019 (Port. 4389/2019).

- a contar do dia 30/10/2019, a Portaria n. 3627/2019, que designou ISADORA SCHERER SIMÕES, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço

voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 30/10/2019 (Port. 4411/2019).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2019.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

BOLETIM N. 392/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 04/11/2019, no cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, JALHESA BARROSO PEREIRA, tendo entrado em exercício em 05/11/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2019.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DA ATA
 DE REGISTRO DE PREÇOS N. 029/2019
 PROCEDIMENTO 02405.000.200/2019
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 070/2019**

No dia 25 de outubro de 2019, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa: KM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA, vencedora dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE	VALOR UNIT.
01	Bebedouro de mesa para garrafão - 110V ou 220V	KARINA/K21	25 Un.	R\$ 414,90

VALIDADE: 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5231; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n. 40/04, n. 47/05, n. 47/06 e n. 33/08; Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02; e Leis Estaduais n. 11.389/99 e n. 13.191/09; e Decreto Estadual n. 53.173/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
 Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO 02405.000.200/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de novembro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2735

contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Carlos Alberto de Oliveira Pereira e, como seu substituto, o servidor Alessandro Sommer Castilhos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DO CONTRATO
DE COMPRA E VENDA N. 140/2019
PROCEDIMENTO N. 02405.000.203/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N. 062/2019**

CONTRATADA: KM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI; **OBJETO:** aquisição de componentes de informática, abaixo discriminado:

Item	Descrição	Quant. (Un)	Marca/ Modelo	Valor Total
04	Miniswitch com 8 portas	150 Un	MERCUSYS/ MERCUSYS	R\$ 8.850,00
10	Adaptador hdmi / dvi-d	300 Un	CODIGO/ CODIGO	R\$ 10.800,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** 19.650,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3044; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei n. 8.666/93, da Lei n. 10.520/02, da Lei Complementar n. 123/06, da Lei n. 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Estadual n. 13.191/09 e, Lei Estadual n. 11.389/99/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.203/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal Administrativo do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi e, como substitutos, os servidores Roni Martins Botelho, Luis Eduardo Moraes ou Sanai de Oliveira da Silva, e a fiscalização técnica será exercida pelo servidor Fabio William Rosa e, como substituto, pelo servidor Rubens Ricardo Freiberger.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DO CONTRATO
DE COMPRA E VENDA N. 138/2019
PROCEDIMENTO N. 02405.000.201/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N. 062/2019**

CONTRATADA: SOLARIS TELEINFORMATICA LTDA; **OBJETO:** aquisição de componentes de informática, abaixo discriminado:

Item	Descrição	Quant. (Un)	Marca/ Modelo	Valor Total
07	Patch Cord CAT 5e (patch cable) c/ 3,0m	500 Un	MAXITELECOM/ MTC-7050-3,0m	R\$ 6.500,00
09	Voice panel de 50 posições	20 Un	MAXITELECOM/YPPS-VUVD-10/50	R\$ 5.252,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** 11.752,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3044; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei n. 8.666/93, da Lei n. 10.520/02, da Lei Complementar n. 123/06, da Lei n. 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Estadual n. 13.191/09 e, Lei Estadual n. 11.389/99/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.201/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal Administrativo do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi e, como substitutos, os servidores Roni Martins Botelho, Luis Eduardo Moraes ou Sanai de Oliveira da Silva, e a fiscalização técnica será exercida pelo servidor Fabio William Rosa e, como substituto, pelo servidor Rubens Ricardo Freiberger.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 134/2019
PROCEDIMENTO N. 02405.000.193/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

CONTRATADA: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS; **OBJETO:** fornecimento do serviço de acesso à rede IP de comunicação de dados, administrada pela PROCERGS, com contingência automática opcional das portas de acesso; **VIGÊNCIA:** 48 (quarenta e oito) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 75.876,48; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.40, Rubrica 4013; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, caput, da Lei Federal n. 8.666/93 e legislação pertinente.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.193/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal Administrativo do contrato constante do processo em epígrafe,



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de novembro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2735

a servidora Isabel Lucchesi e, como substitutos, os servidores Roni Martins Botelho, Luís Eduardo Moraes ou Sanai de Oliveira da Silva, e a fiscalização técnica será exercida pelo servidor Luis Carlos Totti e, como substituto, pelo Servidor Eduardo Leivas Bastos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.137/2019
PROCEDIMENTO N. 01358.000.097/2019
INEXIGIBILIDADE**

CONTRATADA: VR HOTEIS ADMINISTRAÇÃO HOTELARIA LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços, pela CONTRATADA, de hospedagem, alimentação e infraestrutura para a realização do evento "Encontro Estadual do Ministério Público", que se realizará nos dias 07 e 08 de novembro de 2019; **VIGÊNCIA:** 03 (três) meses; **VALOR TOTAL(estimado):** R\$ 143.625,38; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, caput, da Lei Federal n. 8.666/93, conforme proposta apresentada, sujeitando-se à legislação já referida e à Lei Estadual n. 11.389/99;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 01358.000.097/2019
CONTRATO N. 137/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Daniele Uflacker Petrini, e como seu substituto, o servidor Cláudio Gilberto Olsson Filho,

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral em substituição.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços n. 07/2019 (PGEA n. 00677.000.521/2019) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para execução de reforma parcial nas Promotorias de Justiça de Osório, situadas na Av. Jorge Dariva, n. 1196, em Osório, RS, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Preço Orçado:** R\$ 73.676,67. **Prazo:** 02 meses. **Data e horário de abertura:** 22/11/2019, às 10 horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital disponível na página:** <http://www.mprs.mp.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei n. 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 91/2019 (PGEA n. 01236.000.257/2019)

Tipo: Menor preço. **Objeto:** contratação de empresa operadora, autorizada pela Anatel, para prestação de serviços de telecomunicação do tipo Serviço Móvel Pessoal (SMP), a serem executados de forma contínua, sob demanda, abrangendo planos de comunicação por voz e por dados, incluindo fornecimento de dispositivos móveis em regime de comodato (smartphones e pen-modens), conforme as especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Motivação: Alteração do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 21/11/2019, às 10 horas.

Data e horário de início da disputa de preços: 21/11/2019, às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** <https://www.mprs.mp.br/licitacao/> e www.pregaobanrisul.com.br. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 524/2019

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01718.000.366/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Arvorezinha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Arvorezinha - João Pedro Togni. **OBJETO:** Apurar a ocorrência de fraude no Processo Seletivo Simplificado n. 004/2017 do Município de Arvorezinha. **INVESTIGADO(S):** Rogerio Felini Fachinnetto. **LOCAL DO FATO:** Arvorezinha RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01718.000.368/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Arvorezinha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Arvorezinha - João Pedro Togni. **OBJETO:** Apurar a ocorrência de fraude no procedimento licitatório, modalidade pregão presencial n. 30/2017, caracterizando ato de improbidade administrativa. **INVESTIGADO(S):** Rogerio Felini Fachinnetto, Carine Pompermaier, Daiana da Silva Livinalli, Eberson Coradi, Fabiana Regina Potrich Gehlen, Letícia Pompermaier, Simone Guarda dos Santos Canton, Eco Regional Empreendimentos Jornalísticos. **LOCAL DO FATO:** Arvorezinha RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO



PROCEDIMENTO: 01718.000.358/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arvorezinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Arvorezinha - João Pedro Togni. OBJETO: Apurar a ocorrência de fraude no processo licitatório modalidade convite n. 20/2013 realizado no Município de Itapuca - RS. INVESTIGADO(S): Município de Itapuca, Airton Scorsatto, Laboratório Autolab Ltda, Juçara Elvira Trevisan Canalli, Maria do Carmo Cesa, Clinilab Instituto de Pesquisas Clínicas, Cédio Bergozza, Centro de Medicina Laboratorial Ltda, Marilene Peretti Lovison, Márcio Bringhenti, Marilde Zanetti. LOCAL DO FATO: Itapuca RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00721.000.233/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Valter Priebe. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. OBJETO: Certidão encaminhada pelo TCE que não teve qualquer forma de movimentação de cobrança desse crédito pelo ente credor municipal. INVESTIGADO(S): Município de Mariana Pimentel. LOCAL DO FATO: Município de Mariana Pimentel/RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01728.000.144/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa pelo Presidente da Câmara de Vereadores consistente no pagamento do valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) aos servidores da Câmara de Vereadores de Cacequi, no dia 22 de dezembro de 2015, sem base legal. INVESTIGADO(S): Amauri Lima Fragoso. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00018/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sônia Madalena Silveira Bonilla. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa em razão da falta de efetiva fiscalização do contrato n. 002/2014, firmado pelo município de Canoas e a CONSTRUTORA DP AYRES LTDA., o que vem causando prejuízo ao erário em decorrência da condenação do município em ações trabalhistas em que foi parte juntamente com tal empresa, dada a responsabilidade subsidiária reconhecida pela Justiça do Trabalho; bem como em razão de irregularidades e/ou falhas da administração no momento em que foram analisados os documentos de qualificação/habilitação econômico-financeira da referida empresa, no correspondente processo administrativo. INVESTIGADOS(S): Construtora D.P. Ayres Ltda, Guilherme Ortiz de Souza, Jairo Jorge da Silva, Joceane Gasparetto e Maurício da Rocha. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00754.000.254/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dorani Borges Medeiros. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: Apurar possível prática de atos de improbidade administrativa por parte da servidora Janaina Ritter Strelow. INVESTIGADO(S): Janaina Ritter Strelow. LOCAL DO FATO: Boa Vista do Incra/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00754.000.007/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tássia Bergmeyer da Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: Investigar supostas irregularidades praticadas pelo Município de Cruz Alta, no Procedimento Licitatório Carta Convite n. 106/2019, como erro na modalidade do certame, prorrogação indevida do contrato e direcionamento à empresa vencedora. INVESTIGADO(S): Município de Cruz Alta. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.000.183/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar as possíveis irregularidades dos contratos n. 031/2017 e 068/2017, firmados pelo Município de Glorinha para a reforma da pavimentação asfáltica da Avenida Avelino Maciel Neto. INVESTIGADO(S): Município de Glorinha. LOCAL DO FATO: Glorinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.000.209/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Verificar possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios e de dispensa de licitação apontadas pelo Ministério do Turismo, referentes ao convênio do evento "Natal Luz e Glória 2017", realizado de 14 a 17 de dezembro de 2017. INVESTIGADO(S): Município de Glorinha. LOCAL DO FATO: Glorinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00799.000.260/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Matheus Generali Cargnin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguari. OBJETO: Apuração de eventuais irregularidades no programa "MINHA CASA MINHA VIDA" (Loteamento Novo Horizonte - Nova Esperança do Sul/RS), consistentes em problemas estruturais e cobrança de contrapartida. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Nova Esperança do Sul, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01623.000.550/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ari Costa. CLASSIFICAÇÃO: 7º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Apurar lesão ao erário decorrente do abandono da obra de construção do Centro Cultural Terreira da Tribo, que contou com o aporte de recursos do Ministério da Cultura e da Prefeitura de Porto Alegre. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Cultura, Desconhecido. LOCAL DO FATO: Rua João Alfredo, esquina com a Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, Bairro Cidade Baixa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01822.000.101/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Restinga Seca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior. CLASSIFICAÇÃO:



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de novembro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2735

Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca. OBJETO: investigar possíveis irregularidades no concurso Edital 001/2015 para o cargo de agente de controle interno, no Município de Restinga Seca, RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Restinga Seca.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00861.000.242/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Investigar possível direcionamento ou sobrepreço aplicado no Pregão Eletrônico n. 055/2018, sobretudo no item n. 15, que diz respeito à aquisição de tábua itaúba 5x0, 30x5, 50 aplainada. INVESTIGADO(S): Município De Santa Cruz Do Sul - PGM-SCS. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00060/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giani Pohlmann Saad. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: apurar irregularidade/ilegalidade por desvio de função da servidora pública municipal Verônica Camargo Hoch. INVESTIGADO: Município de Santa Maria. LOCAL: Município de Santa Maria/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01614.000.278/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cinthia Menezes Rangel. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades decorrentes do uso de veículo público, para fins particulares. INVESTIGADO(S): José Alacir da Silveira Machado. LOCAL DO FATO: São Gabriel.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.001.117/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: Apurar possível ato de improbidade administrativa decorrente de pedido judicial de bloqueio de verba pública para realização de procedimento cirúrgico pela via particular, baseado em negativa do hospital, quando havia cobertura para realização através do SUS na mesma entidade. INVESTIGADO(S): Paulo Roberto Inda Kleinubing, Hospital Santa Casa de Caridade de Uruguaiana. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.001.845/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Investigar eventual conduta ímproba no exercício das funções de Conselheiro Tutelar. INVESTIGADO(S): Francisco de Assis da Silva Mariano. LOCAL DO FATO: Viamão/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.001.865/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da

Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Investigar possível favorecimento ilícito da empresa GIPAJÉ MINERADORA por parte de agentes públicos municipais. INVESTIGADO(S): André Nunes Pacheco, Jair Mesquita de Oliveira, Gilberto Fraga. LOCAL DO FATO: Viamão/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.000.088/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar eventual cobrança ilegal de taxa pela Secretária Municipal de Saúde para emissão de prontuário de atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde. INVESTIGADO(S): Município de Alvorada. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.000.091/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar os possíveis riscos em razão da precariedade das instalações da Praça Central. INVESTIGADO(S): Município de Alvorada. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.000.090/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na prestação de serviço público de saúde em Alvorada. INVESTIGADO(S): Município de Alvorada. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01814.000.005/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Planalto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto. OBJETO: Apurar suposta violação à moralidade administrativa procedimentos licitatórios n. 40/2012 e 60/2013, da Prefeitura Municipal de Alpestre, destinados à aquisição e instalação de climatizadores de ar no Hospital Nossa Senhora de Fátima. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Alpestre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.000.423/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mateus Stoquetti de Abreu. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na conduta da Prefeitura de Capão da Canoa em razão da abertura de processo seletivo para contratações temporárias não havendo vagas disponíveis, mas apenas cadastros reserva (Edital n. 441/2018). INVESTIGADO(S): Poder Executivo de Capão da Canoa. LOCAL DO FATO: Poder Executivo do Município de Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00949.000.420/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mateus Stoquetti de Abreu. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça



da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Averiguar denúncia de que todos os cargos de coordenadores de CRAS do Município de Capão da Canoa são ocupados por cargo em comissão e, acaso confirmada a forma de provimento, apurar a existência de irregularidade. INVESTIGADO(S): Município de Capão da Canoa. LOCAL DO FATO: Poder Executivo do Município de Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.000.846/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mateus Stoquetti de Abreu. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Averiguar denúncia de contratação reiterada de professores temporários em detrimento de aprovados em concurso público realizado em 2016. Município de Xangri-Lá. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Poder Executivo do Município de Xangri-Lá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.001.224/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mateus Stoquetti de Abreu. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Apurar irregularidades consistentes na entrega de produtos (bancos de jardim) de qualidade inferior pela empresa vencedora do Pregão Eletrônico n. 09/2016, Mundo da Criança Indústria e Comércio de Brinquedo Ltda., com o conhecimento e a aceitação do Município. INVESTIGADO(S): Município de Xangri-Lá, Mundo da Criança Indústria e Comércio de Brinquedos Ltda. LOCAL DO FATO: Poder Executivo do Município de Xangri-Lá.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,

Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**SÚMULAS DE CONVÊNIOS
E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PR.02434.00089/2019-3**

TIPO DE INSTRUMENTO: Termo de Cooperação; **OBJETO:** A obtenção de informações sobre registros civis das pessoas naturais, como por exemplo, os que constam nos livros A (nascimento); B (casamento); B-Auxiliar (casamento religioso para efeitos civis); C (óbito) e E (interdição, ausência, emancipação, trasladações de nascimento, casamento e óbito); **CONVENIENTE:** Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul - SINDIREGIS; **CNPJ:** 94.595.485/0001-57; **VALOR DO REPASSE:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de novembro de 2019.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 103/2019

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução n. 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 22 de Outubro de 2019, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS:

00711.000.034/2019,	00711.000.106/2019,
00770.000.036/2019,	00770.000.140/2019,
00770.000.159/2019,	00778.000.068/2018,
00786.000.023/2018,	00786.000.025/2018,
00790.000.035/2018,	00813.000.049/2018,
00832.000.192/2019,	00832.000.228/2019,
00832.000.885/2019,	00832.001.450/2019,
00832.002.172/2019,	00832.002.214/2019,
00832.002.304/2019,	00893.000.168/2017,
00902.000.757/2019,	00904.000.204/2018,
00904.000.205/2018,	01212.000.843/2019,
01212.000.845/2019,	01304.000.044/2019,
01304.000.503/2019,	01304.002.837/2018,
01413.000.084/2018,	01413.000.506/2018,
01413.000.905/2019,	01413.000.933/2018,
01413.001.308/2018,	01518.000.677/2018,
01524.000.046/2018,	01524.000.111/2018,
01538.000.031/2018,	01538.000.239/2018,
01538.000.285/2018,	01538.000.456/2018,
01540.000.041/2018,	01544.000.906/2017,
01544.001.214/2018,	01593.000.816/2018,
01593.000.997/2018,	01595.000.004/2016,
01595.000.167/2017,	01600.000.408/2018,
01608.000.087/2018,	01612.000.112/2018,
01612.000.173/2018,	01612.000.180/2018,
01616.000.013/2018,	01618.000.224/2018,
01623.000.116/2019,	01623.000.276/2017,
01623.000.396/2017,	01623.001.082/2018,
01625.000.636/2018,	01625.000.795/2018,
01629.000.056/2016,	01629.000.156/2019,
01631.000.149/2019,	01631.000.997/2017,
01633.000.386/2019,	01633.000.764/2016,
01636.000.023/2018,	01636.000.296/2018,
01638.000.097/2019,	01642.000.001/2019,
01644.000.043/2019,	01644.000.442/2018,
01654.000.092/2016,	01656.000.524/2018,
01684.000.301/2018,	01688.000.765/2017,
01690.000.315/2017,	01690.000.366/2017,
01690.000.650/2018,	01690.002.023/2018,
01698.000.393/2018,	01700.000.467/2017,
01702.000.017/2017,	01702.000.165/2018,
01702.000.511/2018,	01702.000.554/2018,
01702.000.568/2018,	01706.000.541/2018,
01708.000.632/2017,	01710.000.094/2019,
01712.000.157/2018,	01714.000.053/2017,



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de novembro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2735

01718.000.114/2018,	01722.000.090/2016,	IC.00811.00062/2012,	IC.00813.00007/2016,
01724.000.435/2018,	01726.000.250/2017,	IC.00813.00017/2016,	IC.00813.00034/2013,
01730.000.074/2019,	01734.000.427/2017,	IC.00820.00026/2019,	IC.00820.00044/2019,
01738.000.058/2018,	01744.000.157/2017,	IC.00820.00084/2014,	IC.00820.00178/2017,
01744.000.545/2018,	01744.000.556/2018,	IC.00820.00179/2015,	IC.00820.00189/2016,
01768.000.079/2017,	01770.000.017/2018,	IC.00820.00229/2016,	IC.00824.00075/2013,
01770.000.079/2018,	01772.000.116/2018,	IC.00824.00096/2018,	IC.00824.00230/2017,
01774.000.303/2017,	01774.000.347/2018,	IC.00827.00009/2014,	IC.00828.00004/2011,
01786.000.164/2018,	01790.000.432/2017,	IC.00829.00002/2017,	IC.00829.00034/2016,
01792.000.241/2018,	01794.000.510/2017,	IC.00832.00580/2012,	IC.00833.00031/2017,
01802.000.471/2018,	01802.000.517/2019,	IC.00833.00042/2014,	IC.00833.00076/2013,
01802.000.531/2017,	01802.000.855/2018,	IC.00833.00124/2014,	IC.00852.00049/2014,
01806.000.127/2018,	01810.000.575/2017,	IC.00853.00023/2018,	IC.00853.00037/2018,
01814.000.203/2017,	01824.000.195/2017,	IC.00857.00046/2010,	IC.00861.00016/2017,
01860.000.526/2018,	01872.000.186/2017,	IC.00861.00038/2012,	IC.00861.00041/2011,
01872.000.458/2017,	01872.000.602/2017,	IC.00861.00049/2018,	IC.00861.00060/2017,
01872.000.639/2019,	01874.000.186/2018,	IC.00862.00002/2019,	IC.00867.00092/2010,
01874.000.380/2018,	01890.000.098/2017,	IC.00870.00004/2015,	IC.00870.00008/2013,
01890.000.231/2017,	01890.000.243/2018,	IC.00872.00063/2015,	IC.00873.00003/2019,
01890.000.275/2018,	01890.000.490/2018,	IC.00873.00009/2019,	IC.00875.00015/2015,
01894.000.003/2016,	01894.000.056/2017,	IC.00875.00047/2015,	IC.00876.00004/2013,
01894.000.092/2018,	01896.000.034/2019,	IC.00876.00025/2012,	IC.00876.00043/2013,
01898.000.257/2017,	01898.000.338/2017,	IC.00876.00044/2011,	IC.00881.00001/2013,
01898.000.511/2018,	01900.000.109/2019,	IC.00881.00016/2013,	IC.00881.00044/2015,
01900.000.136/2018,	01904.000.094/2018,	IC.00882.00043/2017,	IC.00883.00010/2018,
01904.000.189/2017,	01914.000.165/2018,	IC.00883.00016/2017,	IC.00883.00024/2018,
01914.000.244/2019,	02360.000.088/2017,	IC.00883.00029/2018,	IC.00887.00010/2013,
02360.000.140/2017,	02378.000.698/2019,	IC.00887.00036/2017,	IC.00888.00034/2012,
02378.000.898/2018,	02383.000.547/2017,	IC.00889.00004/2011,	IC.00889.00008/2017,
IC.00715.00013/2014,	IC.00718.00024/2015,	IC.00889.00025/2011,	IC.00889.00028/2012,
IC.00722.00006/2019,	IC.00722.00012/2018,	IC.00889.00029/2013,	IC.00889.00046/2014,
IC.00722.00013/2019,	IC.00723.00019/2016,	IC.00889.00046/2015,	IC.00889.00069/2013,
IC.00726.00037/2014,	IC.00728.00017/2018,	IC.00889.00079/2015,	IC.00889.00086/2013,
IC.00729.00005/2014,	IC.00732.00003/2018,	IC.00889.00114/2013,	IC.00890.00005/2018,
IC.00732.00017/2011,	IC.00732.00021/2017,	IC.00890.00008/2017,	IC.00890.00012/2018,
IC.00735.00002/2014,	IC.00739.00022/2018,	IC.00890.00019/2017,	IC.00890.00023/2017,
IC.00739.00023/2013,	IC.00739.00063/2013,	IC.00891.00018/2018,	IC.00891.00043/2017,
IC.00739.00063/2015,	IC.00740.00009/2015,	IC.00894.00002/2017,	IC.00894.00004/2012,
IC.00740.00019/2018,	IC.00748.00035/2008,	IC.00894.00008/2015,	IC.00894.00016/2015,
IC.00748.00047/2011,	IC.00748.00057/2019,	IC.00894.00020/2018,	IC.00894.00034/2012,
IC.00748.00078/2018,	IC.00748.00126/2015,	IC.00901.00020/2017,	IC.00901.00052/2015,
IC.00748.00170/2012,	IC.00748.00200/2010,	IC.00906.00037/2007,	IC.00907.00006/2012,
IC.00749.00008/2019,	IC.00754.00002/2018,	IC.00907.00035/2017,	IC.00907.00071/2013,
IC.00754.00009/2009,	IC.00754.00011/2019,	IC.00907.00073/2014,	IC.00907.00074/2014,
IC.00754.00017/2012,	IC.00754.00032/2017,	IC.00907.00076/2015,	IC.00908.00016/2014,
IC.00754.00039/2012,	IC.00762.00021/2019,	IC.00908.00029/2012,	IC.00910.00014/2013,
IC.00762.00055/2018,	IC.00763.00007/2016,	IC.00911.00006/1995,	IC.00911.00013/2019,
IC.00768.00007/2015,	IC.00768.00069/2010,	IC.00911.00054/2017,	IC.00911.00056/2007,
IC.00768.00097/2010,	IC.00776.00018/2012,	IC.00911.00131/2012,	IC.00912.00004/2014,
IC.00780.00014/2012,	IC.00780.00031/2009,	IC.00915.00158/2011,	IC.00917.00032/2013,
IC.00780.00032/2015,	IC.00780.00062/2015,	IC.00917.00039/2014,	IC.00920.00009/2016,
IC.00783.00023/2019,	IC.00783.00029/2017,	IC.00922.00028/2010,	IC.00922.00033/2013,
IC.00783.00062/2018,	IC.00784.00010/2019,	IC.00922.00059/2013,	IC.00922.00060/2016,
IC.00788.00037/2015,	IC.00788.00044/2014,	IC.00922.00066/2015,	IC.00927.00024/2015,
IC.00788.00067/2013,	IC.00788.00081/2013,	IC.00928.00006/2014,	IC.00930.00064/2019,
IC.00794.00030/2014,	IC.00794.00035/2018,	IC.00930.00214/2013,	IC.00931.00005/2019,
IC.00794.00076/2009,	IC.00794.00078/2013,	IC.00931.00014/2018,	IC.00931.00036/2016,
IC.00802.00008/2018,	IC.00802.00066/2014,	IC.00931.00068/2017,	IC.00935.00026/2017,
IC.00806.00010/2010,	IC.00808.00001/2017,	IC.00938.00008/2012,	IC.00942.00019/2015,
IC.00810.00006/2015,	IC.00811.00009/2014,	IC.00942.00022/2014,	IC.00945.00042/2015,
IC.00811.00022/2013,	IC.00811.00024/2013,	IC.00949.00154/2014,	IC.00951.00007/2011,
IC.00811.00024/2015,	IC.00811.00032/2012,	IC.00951.00008/2007,	IC.00951.00009/2011,



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de novembro de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2735

IC.00951.00023/2016,
IC.00952.00034/1999,
IC.01128.00029/2015,
IC.01128.00049/2014,
IC.01128.00088/2017,
IC.01128.00094/2016,
IC.01128.00377/2017,
IC.01130.00002/2016,
IC.01132.00029/2018,
IC.01134.00018/2016,
IC.01135.00006/2019,
IC.01136.00025/2015,
IC.01136.00152/2011,
IC.01140.00003/2018,
IC.01175.00029/2015,
IC.01223.00057/2015,
IC.01234.00059/2014,
IC.01234.00088/2016,
IC.01411.00078/2013,
PA.01134.00217/2014,
PI.00748.00028/2019,
PI.00872.00027/2019,
PR.00833.00307/2019-0.

IC.00952.00005/2007,
IC.00970.00004/2017,
IC.01128.00048/2014,
IC.01128.00086/2014,
IC.01128.00093/2016,
IC.01128.00368/2017,
IC.01129.00005/2015,
IC.01130.00026/2013,
IC.01134.00006/2018,
IC.01134.00064/2014,
IC.01136.00003/2015,
IC.01136.00025/2017,
IC.01139.00005/2016,
IC.01140.00019/2018,
IC.01212.00011/2017,
IC.01234.00005/2017,
IC.01234.00061/2015,
IC.01336.00032/2016,
IC.02440.00008/2018,
PI.00748.00018/2019,
PI.00783.00044/2019,

PR.00975.00700/2018-6,
RD.00864.00350/2019.

RD.00864.00218/2019,

NOTÍCIAS DE FATO – ARQUIVAMENTOS NÃO CONHECIDOS:

01413.000.848/2019,
01724.000.183/2019,
01900.000.589/2019.

01604.000.838/2019,
01860.000.292/2019,

Os interessados poderão solicitar ao Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão – SIAC – a certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de Novembro de 2019.

LUCIANO DE FARIA BRASIL,
Promotor-Assessor.

ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS COM PROVIDÊNCIAS:

00867.000.297/2019, 01587.000.191/2018,
01608.000.098/2018, 01694.000.194/2019,
01726.000.328/2017, IC.00761.00003/2013,
IC.00761.00006/2014,
IC.00911.00009/2019.

ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO PARCIALMENTE:

IC.01234.00018/2017.

ARQUIVAMENTOS NÃO HOMOLOGADOS:

01633.000.853/2018, 01684.000.285/2019,
01694.000.588/2018, 01874.000.514/2018,
01874.000.581/2018, 01900.000.054/2018,
IC.01223.00002/2017.

JULGAMENTOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA:

00882.000.187/2019, IC.00819.00003/2013,
IC.00876.00033/2012.

RETIRADO DE PAUTA:

IC.00717.00022/2016.

DECLINAÇÕES HOMOLOGADAS:

01698.000.678/2018, 01698.000.680/2018,
01778.000.526/2017,
PI.00783.00041/2019.

NOTÍCIAS DE FATO – ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS:

00914.002.146/2019, 01413.000.725/2019,
01413.000.727/2019, 01583.000.485/2019,
01595.000.120/2019, 01600.000.420/2018,
01604.000.038/2019, 01604.000.213/2019,
01604.000.228/2019, 01684.001.006/2018,
01728.000.096/2019, 01872.000.409/2019,
01872.000.524/2019, PR.00975.00779/2018-0,
PR.00975.00868/2018-1, RD.00748.00487/2019,
RD.00865.00126/2019.

NOTÍCIA DE FATO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO COM PROVIDÊNCIAS:

01587.000.051/2019.

NOTÍCIAS DE FATO – ARQUIVAMENTOS NÃO HOMOLOGADOS: